



PRESIDENTE DA CÂMARA PARTICIPA EM CONFERÊNCIA

Élio Maia denuncia “desconfiança crónica e crescente” do Estado

■ O presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Élio Maia, denunciou, ontem, a atitude de “desconfiança crónica e crescente” do Estado, “até em pequenas coisas”, revelando que foi “obrigado a anexar o (seu) registo criminal”, comentando, ironicamente, que “desiluiu o legislador e o Tribunal de Contas”.

“De forma crescente, os autarcas já são criminosos e têm de provar que não são criminosos”, afirmou, em jeito de conclusão, no encerramento da conferência “Portugal – A soma das partes – as economias regionais, como factor de desenvolvimento”, organizada pelas Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, que ontem teve lugar no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro.

Élio Maia disse ser necessário um “clima de confiança, respeito, atenção e dignidade”, lamentando ainda as “imensas inspeções e o envolvimento dos tribunais”, destacando o Tribunal de Contas. A seu ver, as câmaras despendem “grande parte do tempo a prestar esclarecimentos”.

O autarca lembrou que “o desenvolvimento nacional se acentuou sempre que o poder local saiu reforçado”. Por isso, o tema da conferência – “Portugal - A Soma das Partes” – pode ter execução prática se as autarquias observarem uma atitude diferente do Estado. Defendeu, por isso, uma “relação aberta, franca e igualitária” contra uma “desconfiança crónica e crescente que o todo revela com as partes”.

Élio Maia disse ainda haver um “excesso de produção legislativa; 80 por cento ou mais das decisões que deviam ser tomadas pelos autarcas são tomadas pelo legislador que não foi eleito”. Disto resulta, segundo o autarca, um tipo de interferência ao nível dos “valores e autonomia e impeditiva de tomar decisões, em função da realidade de cada uma das partes”.

Contudo, acabou por apresentar uma lista de projectos concluídos e em curso em Aveiro, parte dos quais com a participação da Câmara, desde escolas, equipamentos de saúde e sociais, intervenção urbana, ambiental e industrial e apoio ao empreendedorismo, além de acreditar no “enorme potencial” do país.

O autarca aveirense chamou a

atenção para os “constrangimentos” que dificultam a participação num processo sugerido pela conferência, de um país resultante da “Soma das partes”. Um constrangimento é a “debilidade financeira das autarquias, que, no caso de Aveiro, apenas cumpriu um terço de uma caminhada com 15 anos”, o tempo necessário para a recuperação financeira e a perda de fontes de rendimento, como as taxas da construção civil, que foram reduzidas, e os cortes da administração central.

Soluções para o distrito

Antes da sua intervenção, quatro deputados apontaram os principais problemas e soluções para o distrito, num debate com Couto dos Santos (PSD), Helena André (PS), Pedro Filipe Soares (BE) e Raul Almeida (CDS), sendo comum as dificuldades nas candidaturas a fundos comunitários. O social-democrata é um crítico da organização administrativa. “Não sei para que servem”, disse, referindo-se às comissões de coordenação e desenvolvimento regional, ressalvando tratar-se de uma opinião “a título pessoal”. Defendeu, ainda, um novo modelo de ensino profissional, uma actuação em rede “para entrar nos mercados”, e Helena André apoia a criação de novas regiões e um “espírito colectivo”, envolvendo universidade e empresas.

Para Pedro Filipe Soares, do BE, é preciso que o Estado “dê capacidade de crescer” e apontou para o desemprego, a inexistência da ligação ferroviária do Porto de Aveiro ao centro da Península Ibérica, portagens, carga fiscal, salários baixos e baixa qualificação.

Para Raul Almeida, o desemprego é um problema “transitório” dado o “elevado índice de empreendedorismo e capacidade de reacção superior à média”, além de que há, disse, um “subaproveitamento das capacidades”.JP



OS DEPUTADOS apontaram soluções para Aveiro